



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Conforme constam nos relatórios que compõe esta prestação de contas de governo, constata-se que o Executivo Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, alcançou as metas traçadas para o Exercício de 2020, constantes na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

Preliminarmente cabe destacar que os atos e ações praticadas pelo Executivo Municipal foram sempre voltados ao interesse público e ao bem comum da coletividade, observando sempre os Princípios Constitucionais previstos no art. 37, da Constituição Federal, quais sejam da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e aos demais princípios aplicados à administração pública.

O decorrer do exercício foi acompanhado pelo Sistema de Controle Interno para garantir a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

No tocante ao sistema orçamentário temos as seguintes considerações iniciais a relatar:

a) em se tratando da receita o valor previsto foi de R\$ 36.950.000,00, e o arrecadado de R\$ 36.725.997,84, já deduzido as Receitas de Deduções do FUNDEB.

b) no tocante a despesa do Poder Executivo, cabe ressaltar que o valor inicial previsto foi de R\$ R\$ 36.950.000,00 tendo apresentados os seguintes valores: despesas empenhadas R\$ 38.208.086,47 despesas liquidadas R\$ 36.518.959,68 e despesas pagas R\$ 36.104.216,70.

c) Os restos a pagar em 31/12/2020 somaram o valor de R\$ 2.089.986,72, sendo estes restos a pagar não processados no valor de R\$ 1.675.243,74 e restos a pagar processados no valor de R\$ 414.742,98. Entretanto, o Executivo possui suficiência financeira de acordo com a respectiva vinculação dos recursos, promovendo desta forma o equilíbrio financeiro previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em comparativo da situação financeira do exercício, constata-se no exercício uma sobra de recursos compreendendo a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro de R\$ 1.568.764,49.

Constata-se que as dificuldades financeiras vivenciadas pelos municípios no exercício de 2020, diante da crise de saúde pública do CORONAVÍRUS, Lajes procurou manter o equilíbrio financeiro, sem deixar de executar os programas prioritários e de dar a devida importância para o combate da pandemia, mesmo assim terminamos por fechar o exercício de 2020 com superávit financeiro.

Muito embora muitas dificuldades tenham ocorrido no ano de 2020, o Município de Lajes, mesmo assim honrou seus compromissos assumidos nos devidos prazos, conforme demonstra nos relatórios deste balanço, e manteve o equilíbrio financeiro nos termos dispostos pela Lei Fiscal.

Ainda quanto ao sistema patrimonial, salientamos que o patrimônio não foi totalmente avaliado e os registros das depreciações, corresponde aos bens moveis já cadastrados no sistema de controle



patrimonial, já em relação a dívida fundada interna foi corrigida e os créditos foram todos inscritos e possuem controle analítico. Portanto, o sistema patrimonial evidencia de forma parcial o patrimônio do Município.

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal Complementar 101/2000), o Executivo Municipal atendeu a todos os limites previstos por ela, conforme demonstrativo sintético que segue:

Descrição	Valor R\$	%	Limite Legal
Receita corrente líquida	34.036.955,04	100	
Despesa de pessoal/últimos 12 meses	18.230.468,03	53,56	20.422.173,02
Dívida total fundada consolidada	4.048.496,32	11,89	40.844.346,05
Garantias e contragarantias de valores	0,00	0,00	1.701.847,75
Operação de crédito por antecipação de receita	0,00	0,00	1.701.847,75

O demonstrativo acima evidencia que o Poder Executivo Municipal atendeu aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em todos os quesitos. Quanto aos limites Constitucionais de Educação MDE/FUNDEB, o Executivo gastou em 2020, 26,43%, das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, sendo assim gastou 1,43% a mais do mínimo fixado que é de 25,00%, conforme está demonstrado nos relatórios que compõe este balanço, estando assim em conformidade com o Limite previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Com Ações e Serviços Públicos de Saúde foram gastos em 2020, 26,40%, das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, ficando 11,40% acima do limite mínimo permitido para o exercício que é de 15%, estando assim em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional n.º 29/2000.

Fica evidenciado que o Município atendeu tanto os limites Constitucionais dos gastos de Educação (MDE/FUNDEB), quanto na Saúde (ASPS), nos termos previstos no mandamento Constitucional, como também aos demais limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C. 101/2000).

Quanto à execução da despesa e receita, estas foram realizadas em conformidade com a Legislação em vigor, obedecendo ao que dispõe o Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e ao Orçamento Anual, com as devidas alterações e adequações necessárias.

No decorrer do exercício foram desenvolvidos vários programas prioritários distribuídos nos diferentes órgãos e unidades administrativas, conforme disponibilidades e recursos, buscando o atendimento dos anseios da comunidade local.

Os recursos foram aplicados devidamente conforme finalidade e vínculo, na execução de metas planejadas e estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentária e no Plano Plurianual.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial, foi acompanhada pelo Sistema de Controle Interno com plena autonomia e liberdade, observando os dispositivos legais, conforme evidencia o parecer que compõe prestação de Contas de Gestão.

Os procedimentos contábeis foram realizados nos termos da Legislação em vigor, atendendo as disposições previstas na Lei Federal 4.320/64, as portarias da STN, as resoluções e instruções normativas do TCE-RN, os princípios aceitos pela contabilidade, bem como as demais legislações que tratam do tema.



RELATÓRIO FÍSICO, FINANCEIRO E GERENCIAL.

A Prefeitura Municipal de Lajes, órgão do Poder Executivo Municipal, situado no Estado do Rio Grande do Norte se constitui em Personalidade Jurídica de Direito Público, apresenta:

As Demonstrações Contábeis que foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição, parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas estendido Aplicado ao Setor, integrante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição aprovado pela portaria nº 700, de 10 de dezembro de 2014 e a portaria conjunta nº 1, de 10 de dezembro de 2014.

A Lei Orçamentaria Anual, para o exercício de 2020 de nº 845, de 21 de novembro de 2019, estimou a receita em R\$ 36.950.000,00 e fixou a despesa em R\$ 36.950.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, em conformidade com o Artigo 8º e 9º da Lei Orçamentaria Anual, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

Art. 8º - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 15% (quinze) por cento dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedem as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I- Anulação parcial ou total de dotações;

II - Incorporação de superávit e/ou financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

Parágrafo único – Excluem-se da base de cálculo do limite a que se refere o caput deste artigo os valores correspondentes a amortização e encargos da dívida e às despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

Art. 9º - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III - Atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios;

IV - Atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e em Programas de Trabalhos relacionados á Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;



V - Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2016, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais e do FUNDEB, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei;

DESPESA FIXADA		36.950.000,00
(+) Créditos Suplementares	15.167.683,50	
(+) Créditos Especiais	2.209.840,00	
(-) Reduções	9.846.849,38	
DESPESA AUTORIZADA		44.480.674,12

Créditos Adicionais

No exercício financeiro de 2020 foi aberto créditos suplementares, que somaram R\$ 15.167.683,50 e os créditos especiais no valor de R\$ 2.209.840,00 usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 36.725.997,84, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 224.002,16, com percentual de 0,60% como demonstramos a seguir.

Receita Prevista	36.950.000,00
Arrecadação a menor	-224.002,16
Receita Arrecadada	36.725.997,84

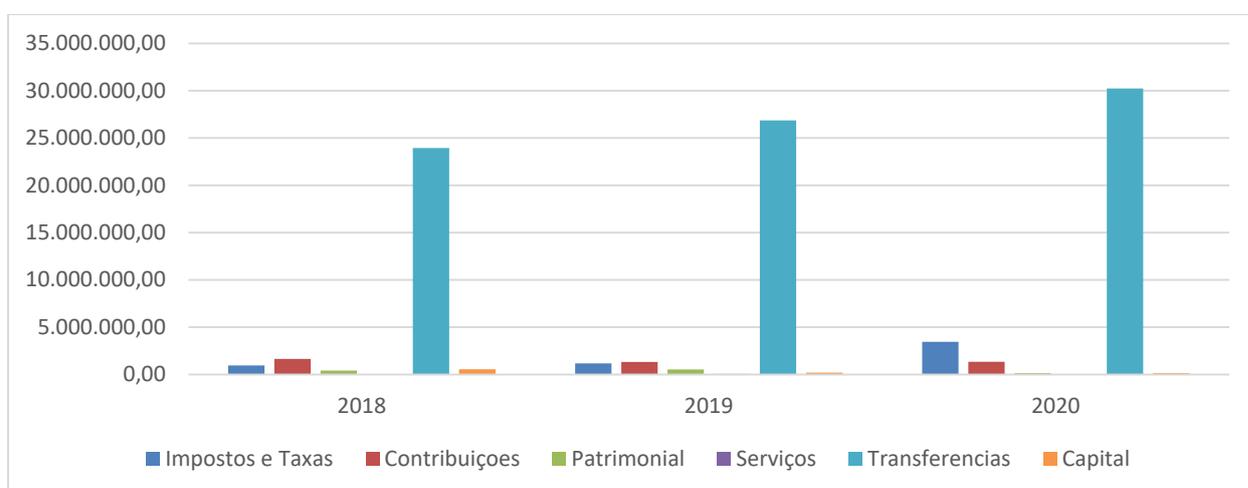
O comportamento da receita do exercício considerado traduz-se como segue:

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS)	35.950.000,00	35.950.000,00	35.329.827,15	620.172,85
RECEITAS CORRENTES	34.679.000,00	34.679.000,00	35.184.824,15	505.824,15
Impostos, Taxas e Contribuições	2.416.500,00	2.416.500,00	3.445.734,28	1.029.234,28
Contribuições	650.000,00	650.000,00	1.341.715,90	691.715,90
Receita Patrimonial	520.000,00	520.000,00	147.494,63	372.505,37
Receita de Serviços	169.000,00	169.000,00	9.759,15	159.240,85
Transferências Correntes	30.613.500,00	30.613.500,00	30.088.967,06	524.532,94
Outras Transferências Correntes	310.000,00	310.000,00	151.153,13	158.846,87
RECEITAS DE CAPITAL	1.271.000,00	1.271.000,00	145.003,00	1.125.997,00
Operação de Crédito	100.000,00	100.000,00		100.000,00
Alienação de Bens	100.000,00	100.000,00		100.000,00
Transferências de Capital	1.071.000,00	1.071.000,00	145.003,00	925.997,00
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.396.170,69	396.170,69
TOTAL DAS RECEITAS	36.950.000,00	36.950.000,00	36.725.997,84	224.002,16

As transferências da União e do Estado, no montante de R\$ 30.240.120,19 correspondem a 85,59 % do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	2018	2019	2020
Impostos e Taxas	952.796,17	1.167.653,10	3.445.734,28
Receitas de Contribuições	1.653.804,60	1.331.673,02	1.341.715,90
Receitas Patrimonial	407.920,88	540.002,53	147.494,63
Receita de Serviços	0,00	68.632,99	9.759,15
Transferências	23.939.858,25	26.867.849,30	30.240.120,19
Receitas de Capital	542.833,11	188,828,73	145.003,00
Total	27.497.213,01	30.164.639,67	35.329.827,15



ANÁLISE DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada pela Lei Orçamentaria Anual nº 845, de 21 de novembro de 2019 foi de R\$ 36.950.000,00.

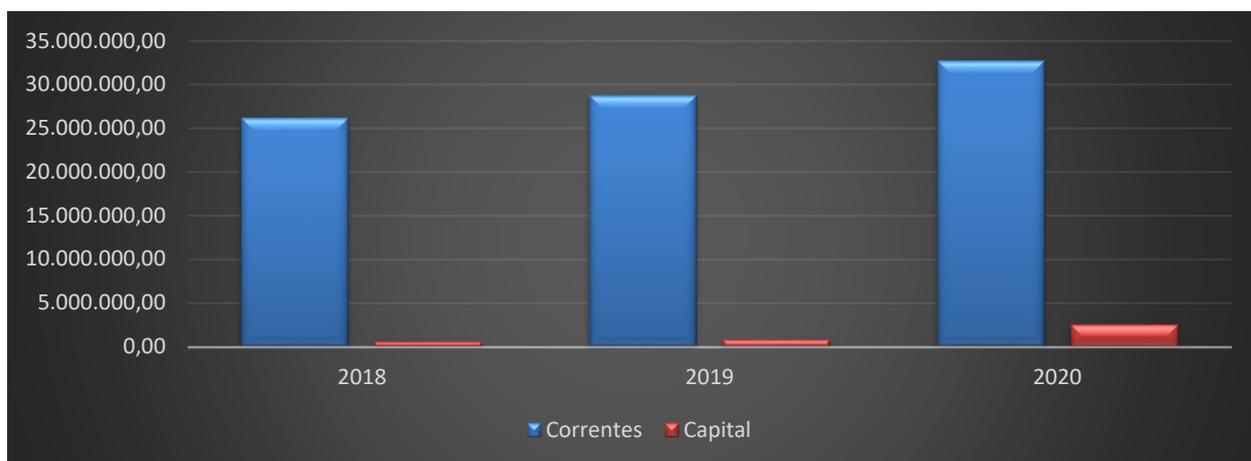
A despesa liquidada (Exceto Intra-Orçamentárias) alcançou R\$ 35.329.140,51, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	42.500.242,38	37.018.267,30	35.329.140,51	34.914.397,53
DESPESAS CORRENTES	36.917.848,18	32.777.324,38	32.763.341,48	32.661.199,34
Pessoal e Encargos Sociais	21.526.217,84	20.883.685,09	20.883.162,59	20.881.918,59
Juros e Encargos da Dívida				
Outras Despesas Correntes	15.391.630,34	11.893.639,29	11.880.178,89	11.779.280,75
DESPESAS DE CAPITAL	5.582.394,20	4.240.942,92	2.565.799,03	2.253.198,19
Investimentos	5.268.894,20	3.940.263,53	2.265.119,64	1.952.518,80
Amortização da Dívida	313.500,00	300.679,39	300.679,39	300.679,39
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.250.065,87	1.189.819,17	1.189.819,17	1.189.819,17
TOTAL DAS DESPESAS	43.750.308,25	38.208.086,47	36.518.959,68	36.104.216,70

A maior contratação de dispêndio deu-se em Pessoal e Encargos Sociais R\$ 20.883.685,09, que representa 54,65 % do total das despesas.

O comportamento da despesa liquidada (Exceto Intra-Orçamentárias) nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
Exercícios	Correntes	Capital	Total
2018	26.216.603,56	610.003,40	26.826.606,96
2019	28.791.713,00	835.921,11	29.627.634,11
2020	32.763.341,48	2.565.799,03	35.329.140,51



Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, diferentemente do Balanço Orçamentário gerado pela estrutura do TCE através dos arquivos XML.

O Balanço Orçamentário apresenta as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é composto por:

São apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)		35.679.000,00	35.679.000,00	36.580.994,84	901.994,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.416.500,00	2.416.500,00	3.445.734,28	1.029.234,28
Receita de Contribuições		1.650.000,00	1.650.000,00	2.737.886,59	1.087.886,59
Receita Patrimonial		520.000,00	520.000,00	147.494,63	-372.505,37
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receita de Serviços		169.000,00	169.000,00	9.759,15	-159.240,85
Transferências Correntes		30.613.500,00	30.613.500,00	30.088.967,06	-524.532,94
Outras Receitas Correntes		310.000,00	310.000,00	151.153,13	-158.846,87
Receitas de Capital (II)		1.271.000,00	1.271.000,00	145.003,00	-1.125.997,00
Operações de Crédito		100.000,00	100.000,00		-100.000,00
Alienação de Bens		100.000,00	100.000,00		-100.000,00
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital		1.071.000,00	1.071.000,00	145.003,00	-925.997,00
Outras Receitas de Capital					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		36.950.000,00	36.950.000,00	36.725.997,84	-224.002,16

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	32.860.000,00	38.167.914,05	33.967.143,55	33.953.160,65	33.851.018,51	4.200.770,50
Pessoal e Encargos Sociais	18.845.500,00	22.776.283,71	22.073.504,26	22.072.981,76	22.071.737,76	702.779,45
Juros e Encargos da Dívida	115.000,00					
Outras Despesas Correntes	13.899.500,00	15.391.630,34	11.893.639,29	11.880.178,89	11.779.280,75	3.497.991,05
Despesas de Capital (IX)	3.975.000,00	5.582.394,20	4.240.942,92	2.565.799,03	2.253.198,19	1.341.451,28
Investimentos	3.530.000,00	5.268.894,20	3.940.263,53	2.265.119,64	1.952.518,80	1.328.630,67
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida	445.000,00	313.500,00	300.679,39	300.679,39	300.679,39	12.820,61
Reserva de Contingência (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	36.835.000,00	43.750.308,25	38.208.086,47	36.518.959,68	36.104.216,70	5.542.221,78

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, está assim demonstrado:

	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f) = (a + b - d - e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	34.117,89	666.925,49	471.916,12	468.220,94	228.457,44	4.365,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.290,12	800,00	800,00	800,00	1.290,12	
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	32.827,77	666.125,49	471.116,12	467.420,94	227.167,32	4.365,00
Despesas de Capital	273.142,73	228.248,59	281.527,96	281.527,96	84.698,23	135.165,13
Investimentos	273.142,73	228.248,59	281.527,96	281.527,96	84.698,23	135.165,13
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	307.260,62	895.174,08	753.444,08	749.748,90	313.155,67	139.530,13

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06. Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas

Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários) no caso da câmara o duodécimo e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios. BF é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): *Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;

Cabe destacar que no Layout do Tribunal de Contas, para geração dos arquivos XML, base para elaboração das Demonstrações Contábeis, foram excluídas as informações do Bloco Dispêndios Outras Destinações de Recursos, o que pode comprometer a análise das Demonstrações Contábeis, quando não informado corretamente através destas tags.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativamente e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens e Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição da fazenda pública.

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- a) estarem disponíveis para realização imediata; ou
- b) terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.974.000,52	3.477.579,18
Créditos a Curto Prazo		10.017.023,99	5.676.487,34
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		890.740,50	1.492.663,16
Estoques		501.551,93	
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		14.383.316,94	10.646.729,68

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos Tributários



Sabendo-se que os créditos tributários devem ser reconhecidos quando da ocorrência do fato gerador contábil, e que neste momento verdadeiramente nasce a obrigação de pagamento a ser efetuado pelo contribuinte à Fazenda Pública, o grande desafio, na prática, reside na identificação efetiva do fato contábil propriamente dito. No fluxo tributário, o lançamento reflete o marco referencial para reconhecimento dos créditos tributários, estágio este simétrico às premissas dispostas nos princípios da contabilidade, notadamente o princípio da competência.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo amortizar do ativo diferido.

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo uma reavaliação de seus itens, o município só mensurou os bens adquiridos no ano de 2014 a 2020 estando fazendo o levantamento dos demais bens.

Ativo Não Circulante

Realizável a Longo Prazo		
Créditos a Longo Prazo		
Investimentos Temporários a Longo Prazo		
Estoques		
VPD Pagas Antecipadamente		
Investimentos	49.611,79	463.029,14
Imobilizado	5.010.194,69	3.102.992,92
Intangível		
Diferido		
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>	<hr/> 5.059.806,48	<hr/> 3.566.022,06

Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas

A depreciação constante no balanço foi realizada em exercício anteriores e no exercício corrente, não foi implantado o setor de patrimônio no município, indispensável para fazer uma reavaliação do patrimônio.

Passivo Circulante

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e os valores extra orçamentário.

Passivo Circulante

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.244,00	1.621,34
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	409.438,45	1.119.734,63
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Obrigações de Repartições a Outros Entes		
Provisões a Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo	106.249,54	470.573,49
<i>Total do Passivo Circulante</i>	<u>516.931,99</u>	<u>1.591.929,46</u>

Passivo Não Circulante

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo



Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídos nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Passivo Não Circulante

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	7.182.185,91	3.145.997,60
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Provisões a Longo Prazo	43.332.605,76	43.332.605,76
Demais Obrigações a Longo Prazo		
Resultado Diferido		
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>	<u>50.514.791,67</u>	<u>46.478.603,36</u>

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto.

Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente os superávits ou déficits acumulados da administração direta.

Ajuste do exercício anterior

São as despesas empenhadas em despesa do exercício anterior.

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Este quadro apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos, sendo necessário realizar uma reestruturação de controle de fonte de recursos, para atendimento do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Edição.

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços públicos:

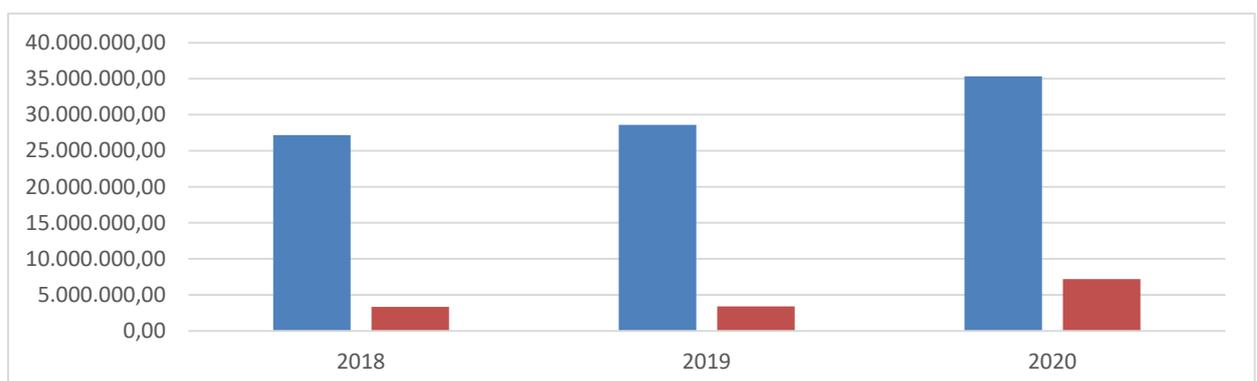
Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada

Saldo do Exercício Anterior	3.145.997,60
Emissão e atualização da Dívida	4.363.767,00
Resgate e Cancelamento Verificado no Exercício	327.578,69
Saldo para o exercício seguinte	7.182.185,91

Esta Dívida modifica-se em relação aos exercícios anteriores, tendo como ponto de referência a receita arrecadada em cada exercício conforme demonstrativo a seguir:

Exercícios	Receita Arrecadada	Dívida Fundada	%
2018	27.497.213,01	3.191.073,86	11,61
2019	30.164.639,67	2.969.475,13	9,84
2020	36.725.997,84	7.016.568,81	19,11



A dívida fluante do Município, no montante de R\$ 2.349.183,63 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	2.242.934,09
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	106.249,54
SERVIÇOS DA DIVIDA A PAGAR	0,00
Total	2.349.183,63

O Saldo da Dívida fluante apresenta a seguinte situação em 31/12/2020:

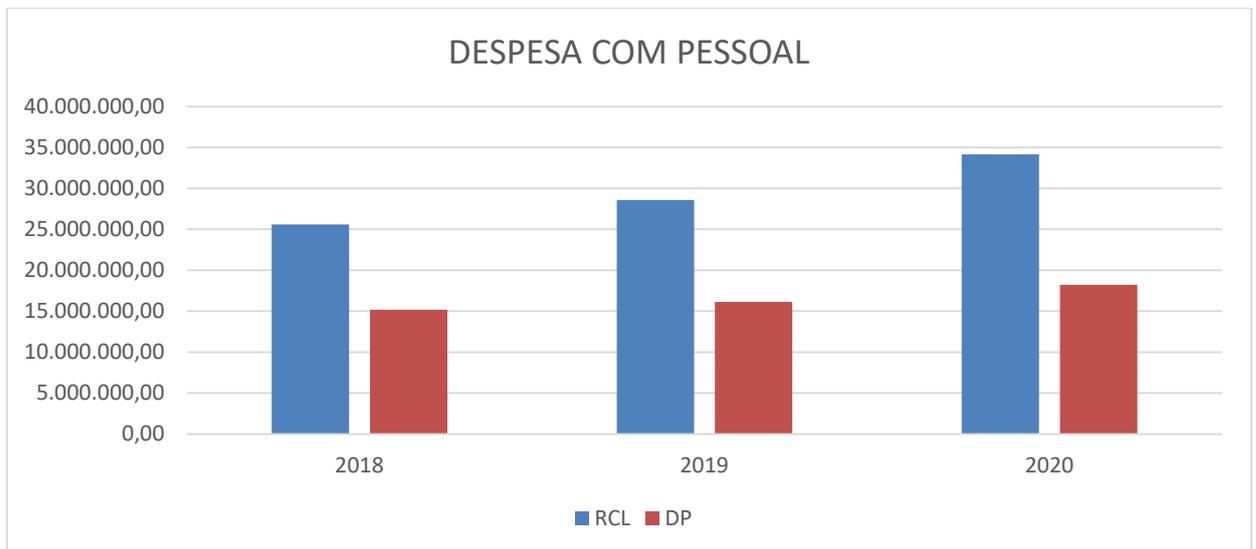
Saldo do Exercício Anterior	2.794.363,56
Inscrição Verificada no Exercício	6.919.666,73
Baixa Verificada no Exercício	7.364.846,65
Saldo do exercício de 2020	2.349.183,64

DESPESA COM PESSOAL

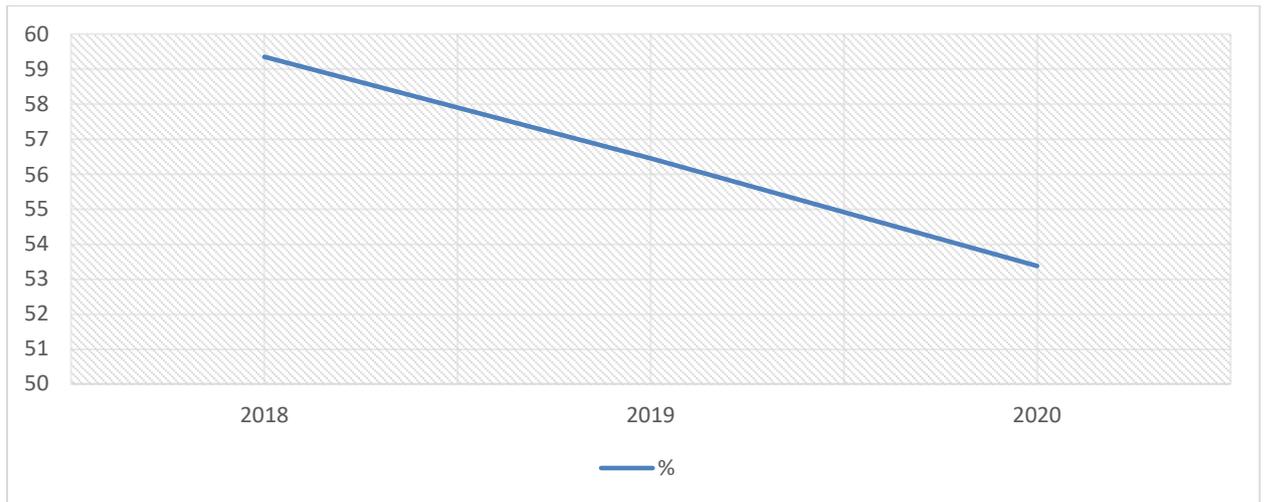
O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal e visa a assegurar a transparência das despesas com pessoal dos Poderes e órgãos e verifica os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Demonstramos os valores de forma consolidada entre todos os poderes e órgãos:

Descrição	2018	2019	2020
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	25.585.967,00	28.568.632,62	34.154.501,52
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	15.188.835,29	16.129.589,77	18.230.468,03
% SOBRE A RCL	59,37	56,46	53,38



O percentual da DPT X RCL no mesmo período demonstra que o município nos últimos três exercícios procurou atender o previsto no Artigo 20 da Lei de Responsabilidade Social.



Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Patrimonial, Financeira e Econômica do exercício de 2020, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Lajes/RN, 29 de abril de 2021.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL